



PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO VII — N.º 65 — S. PAULO, OUTUBRO DE 1962 — REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191. SALA 2 — CAIXA POSTAL N.º 4.469

Salazar contra os Estudantes

CINCO DE OUTUBRO

A luta dos estudantes portugueses contra o muro da burrice e do terror erguido por Salazar continua a desenvolver-se em condições particularmente difíceis. Apesar de todos os seus esforços não foi possível à ditadura quebrar a espinha dorsal do movimento magnífico de rebeldia da juventude que atingiu o seu ponto mais alto no decurso das inesquecíveis jornadas de Abril e Maio com a greve geral e o luto académico. De acordo com a sua tradição, não agiu o fascismo, no que se refere à repressão, apenas através de simples medidas de caráter policial. Houve uma primeira fase em que recorreu, como era de esperar, à violência indiscriminada, aos espancamentos e às prisões em massa. Só em Lisboa, na cidade Universitária, mandou o ditador prender mais de mil estudantes, numa única noite. Mas tratava-se apenas do início do revide fascista ao desafio dos moços universitários. Salazar sabia que as férias estavam à porta e que tinha à sua frente vários meses para preparar em moldes científicos a sua "vingança". Pelas notícias que nos chegam de Portugal verifica-se que a PIDE estudou um por um os casos dos líderes estudantis que mais se haviam evidenciado. E sobre cada um deles abate-se agora, no limiar do novo ano escolar, toda a cólera do regime. A lista das "pu-

(Continua na pg. 8)



Em 1910, como hoje agonizava em Portugal um regime de opressão das classes trabalhadoras; hoje o salazarismo, ontem a monarquia. O povo levantou-se no 5 de Outubro de 1910 contra a clique que impedia o seu acesso a um trabalho digno, à segurança social e à cultura. E surgiu a I República. É o povo — todas as camadas da população portuguesa — que novamente está em pé de guerra contra a atual ditadura de monopólios em Portugal. Estejamos certos pois, que em breve, o nosso povo implantará a II República Portuguesa.

Revelação Sensacional e Inquietante

No número de Agosto do "ATLANTIC", revista mensal de grande difusão nos Estados Unidos, e que de certo modo representa a opinião liberal e conservadora desse país, vem um importante artigo sobre a situação política de Portugal, subscrito por Benjamin Welles, o correspondente do jornal "New York Times" para a Península Ibérica. PORTUGAL DEMOCRATICO não deixará de divulgar no próximo número, para os seus leitores que são os patriotas portugueses, alguns excertos desse artigo tanto mais revelador quanto provém de uma fonte insuspeita. Para já, transcreve, com a devida vénia, dois passos desse artigo, que, pela excepcional gravidade do que revelam, não podem ficar ignorados de todos os portugueses. Razão tinhamos nós, quando sempre denunciámos a natureza ameaçadora, para a independência de Portugal, daquele famigerado PACTO IBERICO, pacto de defesa mútua de dois cúmplices e dois traidores, Franco e Salazar. O articulista, a certa altura, diz o seguinte, ao referir o malogrado assalto de Beja, no primeiro dia deste ano:

"Sabe-se que, nas seis horas que precederam o ataque, os tanques do Exército espanhol, aquartelados em Mérida, a trinta e cinco milhas da fronteira, marcharam ameaçadoramente para a cidade fronteiriça de Badajoz. O movimento deles nunca foi

EMIGRAÇÃO POLITICA

Ninguém pode desconhecer, nem de fato desconhece, especialmente nos últimos anos, a existência de uma emigração portuguesa, espalhada por vários países de diversos continentes, que é política no duplo sentido de se encontrar politizada e de não deixar de tomar posição em face dos problemas do povo português.

Surgiram, assim, naturalmente, dúvidas referentes à missão da emigração política e aos limites da mesma.

Deve a emigração, por uma espécie de substitutismo proclamado ou oculto, tentar fazer as vezes, por via armada (como se chegou a sonhar) ou por via política (o que neste aspecto viria a dar no mesmo), das organizações que em Portugal representam o povo português na sua luta pela Libertação Nacional?

Deve a emigração ter a pretensão de orientar essas organizações no caminho justo para o derrubamento do salazarismo?

A resposta só pode ser negativa, conforme este jornal, que é um órgão unitário dos anti-salazaristas do Brasil, sempre tem sustentado.

A emigração portuguesa, tanto a económica como a política, é hoje suficientemente numerosa

para ser, como de fato é, o espelho das diversas camadas sociais de Portugal, dos seus interesses e das suas ideologias.

Os esquemas organizativos da emigração têm, assim, de corresponder aos esquemas internos.

Poderão, em conformidade com essa correspondência e num futuro mais ou menos próximo, criar-se na emigração organismos representativos dos organismos unitários internos. A sua legitimidade advirá, então, para esses organismos externos, da representação delegada pelos organismos internos.

É, no entanto, à margem desses organismos, da sua existência, ou inexistência, que, no âmbito local, os emigrados políticos portugueses têm e continuarão a ter uma missão muito importante a desempenhar: a mobilização da opinião pública local no sentido do apoio à luta unitária do povo português contra o salazarismo e do completo isolamento internacional do atual governo português.

Lançando-se a esse trabalho de todos os dias, os emigrados portugueses de todo o mundo realizarão a tarefa mais indiscutivelmente útil que pode, patrioticamente, justificar a sua expatriação.

PORTUGAL
DEMOCRATICO

(Continua na pg. 7)

Sem solução o caso dos asilados na embaixada do Brasil em Lisboa

Durante o mês de Setembro continuou a desenvolver-se no Brasil a campanha desencadeada anteriormente no sentido de chamar a atenção do governo para a situação dos asilados que se encontram na embaixada brasileira em Lisboa. Tal campanha, que se deve à iniciativa de um numeroso grupo de intelectuais, deputados, líderes sindicais e estudantes de São Paulo, ampliou-se consideravelmente, sendo numerosos os escritores e jornalistas que ao assunto dedicaram artigos e comentários.

A situação dos asilados agravou-se, entretanto, senão materialmente pelo menos moralmente. E isso porque acreditando ingenuamente na "palavra" das autoridades fascistas, um dos democratas que se acolhera à proteção do Brasil, Ruy Batista abandonou a Embaixada, depois de receber a garantia de que "não seria perseguido". Como era de esperar, foi preso pouco depois pela PIDE. Solidarizando-se com o companheiro, os restantes doze refugiados fizeram greve de fome durante vários dias, o que evidentemente não bastou para que a PIDE restituisse à liberdade Ruy Batista, acusado de "atividades subversivas". Esperemos que a lição aproveite aos que ainda conservam ilusões sobre o valor das "garantias" salazaristas.

INTERVEM A UDP

Secundando a diligência já empreendida junto do Ministro das Relações Exteriores do Brasil pelo general Humberto Delgado, a Comissão Executiva da Unidade Democrática Portuguesa dirigiu-se também ao Chanceler brasileiro, solicitando uma rápida solução para o problema. É do seguinte teor a carta endereçada ao sr. Afonso Arinos de Mello Franco a respeito do assunto:

Excelência:

Na qualidade de portugueses de-

mocratas radicados neste País, permitimo-nos chamar a atenção de Vossa Excelência para a situação dos asilados portugueses que desde há muitos meses se encontram em uma dependência da Embaixada do Brasil em Lisboa, a qual é absolutamente trágica, já pelas condições decorrentes da sua permanência conjunta naquele local, já, principalmente, pelo propósito do Governo do dr. Salazar de impedir não só a saída deles de Portugal como o estabelecimento de negociações com as autoridades brasileiras acerca de uma solução para o problema.

Deste modo, os asilados portugueses correm o risco de terem de aguardar sob a guarda da Embaixada brasileira o dia da Liberdade para todos os portugueses. Sendo esta a solução salazarista do problema, os signatários estão infelizmente certos de que, na falta de uma atitude intransigentemente contrária por parte do Governo brasileiro, Salazar procurará transformar a Embaixada do Brasil em Lisboa em mais uma prisão, embora a mais dourada, da sua engrenagem de repressão.

Para que isso não suceda, os signatários juntam a sua voz à das entidades brasileiras que recentemente dirigiram a este respeito uma petição a Vossa Excelência e ainda à do General Humberto Delgado, ao expor há poucos dias a Vossa Excelência os anseios de todos os democratas portugueses de verem brevemente conduzidos os asilados portugueses ao território livre do Brasil.

A presença no Brasil, neste momento, do Embaixador brasileiro em Lisboa e a sua declaração, vinculada na imprensa, de que o problema dos asilados seria por ele tratado junto do Governo brasileiro dá-nos a esperança de que, de acordo com as tradições democráticas deste País, seja encontrada para aquele problema a solução humana que ele requer.

Rio de Janeiro e São Paulo, 2 de Setembro de 1962.

Alexandre Antunes Pereira, Manuel Sertório, Augusto Aragão, Manuel Tito de Morais, Joaquim D. Rapista, Miguel Urbano Rodrigues.

A RESPOSTA DE AFONSO ARINOS

Em resposta ao apelo da Unidade Democrática Portuguesa, o sr. Afonso Arinos de Mello Franco, numa carta datada de 12 de setembro (ainda ministro das Relações Exteriores) e que fez chegar à UDP através do general Humberto Delgado, não mencionou, infelizmente, a existência de quaisquer diligências em curso para a solução do caso. Transcrevemos, abaixo, o texto dessa carta:

"Os asilados foram recebidos pelo embaixador e sua família em sua residência e ali cercados das condições compatíveis com a situação em que se encontram. Apesar de serem em número apreciable, foram-lhes destinados aposentos, confortáveis, nunca lhes faltando qualquer espécie de assistência e atenção. Apesar de não haver acomodações para hospedagem tão numerosas, o chefe da

Missão e sua família se esforçaram, com sacrifício do espaço em que residem, para dar quartos separados aos casais que na Embaixada se refugiaram. Ultimamente, foram transferidos (eram 18, são hoje 13) para uma casa no bairro residencial do Restelo, com três andares, onde se acham em condições de bem-estar, pois a casa possui terraços ensolarados, jardim e ampla sala de jantar, além de outras comodidades".

"QUESTÃO DE COMPETÊNCIA"

Luis Martins, um dos maiores nomes do jornalismo brasileiro, foi um dos muitos intelectuais que veio a público emprestar a sua solidariedade aos asilados da Embaixada Brasileira de Lisboa. Sob o título "Questão de competência", publicou em "O Estado de S. Paulo" a seguinte crônica, da qual com a devida venia, transcrevemos as seguintes frases:

Este jornal publicou, há várias semanas, o apelo que numerosos deputados, líderes sindicais, escritores e jornalistas endereçaram ao sr. Afonso Arinos de Mello Franco, ministro das Relações Exteriores, em favor de 20 portugueses de diferentes profissões e classes sociais que, por divergirem da política salazarista, viram-se obrigados a procurar asilo na Embaixada do Brasil em Lisboa, onde se encontram, há longo tempo, em penosíssimas condições de vida.

"Essa incomoda situação — incomoda para todos, mas principalmente para os asilados — prolonga-se há mais de um ano, sem que o Itamarati, até o presente

momento, se dispusesse a tomar uma atitude energética e decisiva, no sentido de demover o governo português da obstinada resistência que vem fazendo, sub-reptícia ou ostensivamente, à vinda desses refugiados para o Brasil, sob a proteção das nossas autoridades diplomáticas — que é a solução que mais lhes convém e ardentemente desejam.

Não se trata de uma questão política; mas de humanidade. E, para o nosso País, também de prestígio e autoridade. Essas criaturas, que não são criminosos comuns, mas apenas adversários políticos do governo português, confiaram no Brasil, sob cuja proteção usaram-se espontaneamente. Desde que a nossa Embaixada as acolheu sob seu teto, aceitando implicitamente a responsabilidade de protegê-las, agora deve ir até o fim, dando, com a intervenção do Itamarati, uma solução definitiva para tão irritante questão. Pois é evidente que a presente situação não resolve nada.

De outra forma, teria sido preferível que o Brasil, através de sua representação diplomática em Lisboa, tivesse dito logo aos fugitivos da polícia de Salazar: — "Sinto muito, mas não pode ser" — repelindo-os de cara. Pois quem não tem competência não se estabelece..."

"NOSSA DIVIDA COM PORTUGAL"

Egídio Squeff, que escreve com uma insistência comovedora sobre problemas portugueses, transformando a sua coluna de "Última

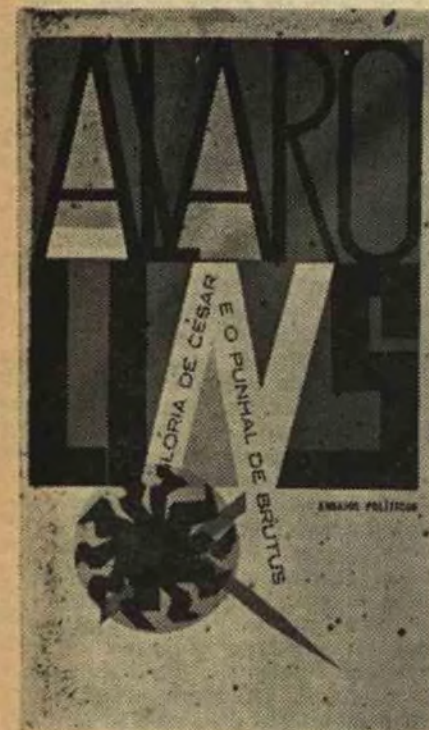
Hora" numa tribuna de combate ao fascismo português, também se ocupou em vários ensaios do problema dos asilados. Comentando um artigo de Arnaldo Pedroso d'Horta, que reproduzimos parcialmente noutra página do nosso jornal, escreveu:

"Com isto, pretendemos dizer apenas que, além de razões dos laços de família, prendem-nos aos portugueses, por isso mesmo, uma outra espécie de fraternidade, a que se refere também Pedroso d'Horta. Nossos estudantes — diz ele — que com razão tanto se interessam um pouco por Cuba, por que não se interessam um pouco por Portugal? Um largo movimento estudantil, com a generosidade que lhe é peculiar, aliado a movimentos paralelos de escritores e organizações populares, poderia deter a mão do ditador de Lisboa diante de muitos crimes, e limitaria o tempo de sua dominação.

Diretamente, mais uma vez apelamos para o Itamarati. Se não podemos, nem devemos, intervir no campo da política interna de Salazar, como não permitimos (hoje) que se intervenha na nossa, a verdade é que alguma influência ainda é exercida, indiretamente, através de pressões, sobre a nossa conduta nas relações com o governo salazarista. Será preciso algum exemplo? O sr. Afonso Arinos sabe disso. Oficialmente, devemos, sem medida maior, apóio à causa da nação portuguesa, quero dizer, do seu povo oprimido. Que se fez até agora sobre os 17 refugiados em nossa Embaixada em Lisboa?"

ALVARO LINS

Um novo livro de Alvaro Lins não é apenas um acontecimento nos meios intelectuais brasileiros. Se há hoje um escritor do Brasil cujo nome é conhecido em todos os recantos do mundo onde se fala o português, é certamente Alvaro Lins. Não são apenas os portugueses e os brasileiros que respeitam e admiram essa singular figura de intelectual que, em dado momento, como embaixador em Lisboa, surgiu perante o mundo como a própria encarnação da dignidade da nação brasileira. Idêntica é a admiração que lhe votam angolanos, moçambicanos, guineenses, enfim todos os que sofrem o peso da boia colonialista e conhecem a forma total como Alvaro Lins se entrega à sua luta contra o fascismo português.



Não poderíamos assim, deixar de registrar o lançamento do último livro de Alvaro Lins: "A glória de César e o punhal de Brutus". Sua crítica não cabe nestas colunas, dadas as características de "Portugal Democrático". Nem por isso deixamos de aconselhar a sua leitura a todos os democratas portugueses. Poderíamos dizer que, tratando-se de uma seleção de ensaios e estudos políticos, ela explica e completa "Missão em Portugal", na medida em que da primeira à última página é uma afirmação de independência e dignidade intelectual. Basta porém que digamos: é um livro de Alvaro Lins!

Qualquer democrata que deseje adquiri-lo por nosso intermédio deve dirigir-se à nossa redação, R. Conselheiro Furtado, 191 ou fazer o pedido pelo correio. O preço da obra é de Cr\$ 750,00.

Estudantes do Brasil contra Salazar

O plenário do XV Congresso da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, aprovou por unanimidade a seguinte

MOÇÃO SOBRE OS ESTUDANTES PORTUGUESES

Considerando a situação atualmente reinante em Portugal, caracterizada pela negação total dos princípios básicos dos direitos humanos, da justiça e da liberdade; e pelo clima de repressão e terror que sufocam as manifestações e reivindicações legítimas de todos os setores de opinião, principalmente da juventude estudantil e das classes trabalhadoras.

— Considerando a disposição revolucionária e pré-insurrecional dos setores mais consequentes da população portuguesa e as provas inequívocas de que o Povo Português é um povo amante da Paz, da Liberdade e da Fraternidade Mundial, portanto, inimigo de um governo anti-democrático, anti-

popular, como é, o governo fascista de Salazar.

— Considerando ainda, os laços históricos de profunda Amizade Fraternal e a luta comum, de emancipação e independência nacional contra o imperialismo-capitalista e o colonialismo, que unem os povos brasileiro e português.

Os universitários paulistas reunidos no XV Congresso da União Estadual dos Estudantes de São Paulo;

— Repudiam de uma forma objetiva e firme, o regime fascista que oprime Portugal há longos anos; as leis arbitrárias e os tribunais de exceção que amordaçam o povo e eliminam física e moralmente os patriotas portugueses.

— Protestam veementemente contra todas as medidas repressivas do governo salazarista, particularmente contra os atentados à autonomia e dignidade universitária caracterizados pela supressão das organizações e atividades estudantis, prisão em massa de estudantes, assim como pela contínua interferência nos assuntos da Universidade negando a democratização e a reforma do ensino.

— Solidarizando-se totalmente com a luta dos estudantes portugueses e reafirmam a sua disposição de por todas as formas apoiar essa luta tão expressiva e justa como o demonstraram as sucessivas greves e manifestações a propósito da arbitrária proibição da realização do "Dia do Estudante" por parte do governo de Salazar.

— Alertam a opinião pública mundial para os perigos que trazem para a Paz e Segurança Mundial a existência de regimes fascistas como os da Península Ibérica, principais impulsionadores dos movimentos nazi-fascistas que acabam de surgir na Europa Ocidental e na América Latina; e, por conseguinte, apoiam irrestritamente a realização em Novembro próximo da Conferência da Europa Ocidental para a Anistia para os presos e exilados políticos portugueses, em Paris.

«Portuguese And Colonial Bulletin»

Recebemos o último número, relativo aos meses de Julho e Agosto, do "Portuguese and Colonial Bulletin", editado em Londres pelo Grupo de Portugueses Democráticos da Inglaterra. O presente número, além de abundante noticiário sobre a onda de terror policial desencadeada pela PIDE, dedica particular atenção aos preparativos da Conferência dos Países da Europa Ocidental para a Anistia aos Presos e Exilados Políticos Portugueses e insere um oportuno quadro estatístico sobre os fabulosos lucros dos monopólios estrangeiros e nacionais que, sob a proteção de Salazar, intensificam cada vez mais as suas atividades espoliadoras em Portugal e nas Colônias.

O MASSACRE PROSEGUE

LISBOA (Do correspondente) — Segundo um telegrama da agência ANI, "numerosos terroristas foram mortos numa ação militar de grande envergadura no Norte de Angola". Além disso, as forças portuguesas teriam capturado importantes quantidades de material de guerra na floresta de Banza, em Maquela do Zombo. Um líder rebelde conhecido pela alcunha de "Alma Penada" teria morrido em combate.

Como os jornais divulgaram esse noticiário, comenta-se aqui o ridículo das teses oficiais, segundo as quais "a pacificação" foi levada a bom termo e Angola é hoje novamente um oásis de paz.

Leia e Assine «SEARA NOVA»

A mais antiga publicação cultural portuguesa, é um dos poucos instrumentos de luta por uma cultura desmistificada, que traz o próprio território pátrio, e embora submetida aos vexames da Censura os ideais de Democracia e Liberdade.

Pedido de informações e assinaturas neste jornal pelo telefone: 37-0933.

Apelo a favor do Professor Gaspar Teixeira

Um grupo de universitários brasileiros do mais alto nível científico e intelectual, divulgou no passado dia 5 de setembro um veemente apelo pela imediata libertação do prof. Gaspar Teixeira, recentemente preso pela PIDE. Esse manifesto, subscrito em primeiro lugar pelo prof. Darcy Ribeiro, atualmente titular da Pasta da Educação, é do seguinte teor:

"Tendo tomado conhecimento de que se encontra preso pela PIDE desde o dia 2 de agosto, o nosso colega JOSÉ GASPAS TEIXEIRA, redator principal da "Gazeta de Matemática", antigo assistente da Universidade de Lisboa e atualmente técnico da COMPANHIA PORTUGUESA DE INDÚSTRIAS NUCLEARES, vimos afirmar-lhe nossa solidariedade e manifestar nossa repulsa por esse ato de violência, lançando um veemente apelo pela sua imediata libertação."

Brasília, 5 de setembro de 1962.

ass.) DARCÝ RIBEIRO, Reitor da Universidade de Brasília; MAURÍCIO ROCHA E SILVA, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto; ANÍSIO TEIXEIRA, Universidade do Brasil; FREI MATEUS ROCHA, Conselho Diretor da Universidade de Brasília; LEOPOLDO NACHBIN, Instituto de Matemática Pura e Aplicada; JOSÉ LEITE LOPES, Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas; JACQUES DANON, Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas; ALFREDO PEREIRA GOMES, Universidade do Recife; JOSÉ MORGADO, Universidade do Recife; W. T. BERALDO, Universidade de Minas Gerais; ARNOLDO ROCHA E SILVA, Faculdade de Ciências Médicas do Rio; NEWTON FREIRE MAIA, Universidade do Paraná; ANTONIO RODRIGUES CORDEIRO, Universidade do Rio Grande do Sul; LINDOLFO CARVALHO DIAS, Escola Nacional de Engenharia; RICARDO PALMEIRA, Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas; JORGE SCHREIBER, Universidade do Rio Grande do Sul; HERON DE ALENCAR, Universidade de Brasília; DJALRO FIGUEIREDO, da Universidade de Brasília; RAMIRO DE PORTO ALEGRE, Universidade da Bahia; GERALDO AVILA, Universidade de Brasília; TERESA CARDOSO, Universidade da

Bahia; J. C. MILLER, Universidade da Bahia; ALEXANDRE MARTINS RODRIGUES, Universidade de São Paulo; MANUEL LEAO, Universidade do Rio Grande do Sul; JOSÉ PAULO PER-TENCE, Universidade de Brasília; JULIO PUDLES, Universidade de São Paulo.

Justiça de Salazar

Sob a presidência do sr. desembargador Silva Caldeira reuniu-se ontem, pela última vez neste período judiciário, o Plenário Criminal, que funciona na Boa Hora, para julgar dos processos: um referente ao sr. dr. Guilherme da Rocha Mota, advogado no Porto, de 38 anos, da freguesia de Santo Ildefonso, e outro ao mineiro sr. Manuel Francisco Vieira Batalha de 25 anos, de Aljustrel.

O sr. dr. Rocha Mota foi condenado em quarenta e cinco dias de prisão, substituídos por multa a 15\$00 por dia, igual numero de dias de multa à razão da mesma quantia, 500\$00 de imposto de Justiça, e perda de direitos políticos por cinco anos.

O sr. Manuel Francisco Vieira Batalha, acusado de ter instigado os seus companheiros, em Aljustrel, a abandonar os seus lugares, foi absolvido, por não se ter provado a acusação. (Do jornal "REPUBLICA", 27/7/62)

Comite Britânico para a anistia

Dando prosseguimento ao seu trabalho de esclarecimento da opinião pública inglesa sobre o carácter e o significado do fascismo português o Comité Britânico para a Anistia em Portugal publicou mais um boletim mimeografado. Elaborado com a preocupação de dar a qualquer pessoa que ignore a realidade portuguesa um conhecimento tão exato quanto possível da engrenagem repressiva, o boletim em referencia aborda, entre outros, os problemas abrangidos pelos seguintes temas: "O que acontece a quem é preso"; "Estes métodos têm a sanção oficial"; "As forças de repressão"; "O mecanismo da repressão"; "Exílio ou liquidação"; "Como opera a PIDE"; "Os tribunais plenários"; "Medidas de Segurança"; E conclui com um apelo a favor da Conferencia de Paris.

Conferencia dos Países da Europa Ocidental Para a Anistia aos Presos e Exilados Politicos de Portugal

3 e 4 de NOVEMBRO de 1962



Cartaz de Clovis Graciano para a Conferência de Anistia.

BOLETIM N.º 15 — OUTUBRO DE 1962

CORTE E SOBREPONHA

Repressão e anistia

Pelo jornal "O Século" de 30 de Agosto passado foram publicados os nomes dos 24 patriotas presos recentemente pela PIDE em diversas regiões do país.

Há entre os presos intelectuais, operários, empregados comerciais, estudantes, homens e mulheres, sendo todos eles acusados de pertencer às Juntas de Ação Patriótica.

A diversidade das regiões em que foram efetuadas estas prisões, bem como a diversidade das categorias profissionais e sociais dos presos, mostram que as Juntas de Ação Patriótica poderão brevemente desempenhar a função primordial que lhes compete na insurreição nacional libertadora.

Neste aspecto o comunicado da PIDE sobre as referidas prisões é altamente revelador, anulando por si mesmo todas as calúnias e acusações de antipatriotismo e traição com que procura estigmatizar os presos.

Com destaque especial é citado o nome de António Dias Lourenço, conhecido patriota e líder operário, membro do Comité Central do Partido Comunista Português que, preso várias vezes, demonstrou uma combatividade e uma coragem dignas das melhores tradições de patriotismo do povo português. Com efeito, quer durante os prolongados interrogatórios que sofreu, quer perante as torturas, a prisão no Tarrafal, os longos anos de cadeia no Forte de Peniche e dezenas de anos de luta clandestina, no julgamento em "tribunal plenário", António Dias Lourenço acusado sempre do mesmo pretenso crime — tentar derubar pela força um regime ditatorial e fascista que oprime o seu povo há 36 anos — soube defender sem mácula a sua dignidade de lutador e de patriota.

Simultaneamente foram presos: Colélia Maria Alves Fernandes, funcionária do P.C.P.; Joaquim Baptista Gonçalves e sua mulher, Maria Luísa da Silva; Salvador Pereira Amália e sua mulher, Maria Clementina da Conceição Coelho, funcionários do P.C.P.; Dr. Alcindo Furtado Fragoso, médico assistente do

Instituto de Medicina Legal de Lisboa, residente no Barreiro; os estudantes da Universidade de Coimbra Adalcina Maria Casimiro, Mário Aires Marques da Rocha Pereira, Francisco José de Sá Lopes e José Maria Monteiro Guedes Branco.

Foram ainda presos na região de Coimbra: Dr. Diamantino de Oliveira Henriques, médico; Fausto Cortesão Marta, empregado de escritório; Alberto dos Santos Januário, empregado de escritório; Fernando Martins Adão, profissional de seguros; Alfredo da Conceição Pedrosa, funcionário público; Augusto Barros de Oliveira, pintor de automóveis; Manuel Joaquim Novo, empregado de garagem; Alfredo Baptista, empregado de garagem; Guilherme Dinis, empregado de garagem; Carlos Alberto dos Santos Januário, pintor de automóveis; Dr. João Simões Pereira Ribeiro, médico; Manuel Louzã Henriques, médico; e o arquiteto Carlos Eugénio José Baptista de Almeida.

Esta nova vaga de prisões torna cada vez mais urgente, dá cada vez mais sentido ao apelo mundial pela anistia, aos movimentos da opinião pública internacional unânime em considerar a repressão salazarista como um grave atentado à liberdade e aos direitos do homem.

É indispensável que a luta pela anistia em Portugal cresça e se desenvolva à medida das circunstâncias; é indispensável que todos os portugueses emigrados, particularmente aqueles que são anti-salazaristas, compreendam que é seu dever ajudar a defender a vida dos seus compatriotas presos.

Os portugueses que em Portugal, arrostando todos os riscos, lutam pela restituição das liberdades democráticas ao nosso povo devem ser para nós um exemplo e merecem que tudo façamos para ajudar na sua tarefa libertadora e redentora. A luta pela anistia aos presos políticos portugueses deve, pois, ser para nós a preocupação constante, o objetivo número um no exílio.

Estatística da repressão

Todos os anos, o Instituto Nacional de Estatística, que depende diretamente do governo português, publica um anuário chamado "Estatística Judiciária".

É nele que se podem ainda encontrar os raros dados que o governo de Salazar deixa divulgar sobre a sua própria repressão. Dados de muito pouca importância e discutíveis, mas que falam por si mesmos.

Do último número (o de 1961) extraímos algumas informações, relativas na maior parte a 1960.

CONDENADOS POR CRIMES CONTRA A RE LIGIÃO, SEGURANÇA DO ESTADO, ORDEM E TRANQUILIDADE PÚBLICA (Tribunais de 1.ª instância)

ANOS	TOTAL	POR 100.000 HABITANTES
1937	809	10,9
1938	961	12,8
1939	1076	14,2
1940	842	10,9
1941	1039	13,4
1942	1019	13
1944	983	12,3

ANOS	TOTAL	POR 100.000 HABITANTES
1943	3732	45,2
1950	3812	45,4
1951	2897	34,2
1952	3249	38
1953	3699	42,9
1954	3654	42
1955	3851	43,9
1956	4283	48,5
1957	4402	49,4
1958	4588	51,1
1959	4232	40,7
1960	4469	49

ACUSADOS, CONDENADOS POR CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DO ESTADO 1960: 159 (em 182 julgados)

Residência	Idade
Aveiro	5
Beja	1
Braga	1
Coimbra	2
Evora	3
Faro	10
Leiria	6
Lisboa	74
(cidade de Lisboa: 49)	
Porto	33
(cidade do Porto: 24)	
Santarém	4
Setúbal	11
Viana do Castelo ..	1
Vila Real	3
Visu	1
Ultramar	1
Não mencionadas	4

Penas aplicadas
Correcionais: 104 (de 6 meses a 2 anos: 54)
Majores: 56 (de 2 a 8 anos: 55 de 8 a 12 anos: 1)
Medidas de segurança: pelo menos 56.

Mauro Borges adere à conferência

Entre as numerosas personalidades brasileiras que já aderiram à Conferência de Paris, destaca-se a adesão de s. exa. o Governador do Estado de Goiás.

No ofício em que o eminente estadista brasileiro manifesta o seu integral apoio à Conferência declara ainda que através da bancada goiana à Câmara Federal envidará esforços para atender às reivindicações formuladas, que expressam os anseios comuns de todos os povos."



ANTONIO DIAS LOURENÇO membro do Comité Central do P.C.P., preso recentemente pela PIDE.

Guerra, Paz e Insurreiçao

Manuel Sertório

Não é difícil prever o recrutamento da guerra em Angola assim como o próximo surto de novos conflitos armados nas outras colónias portuguesas, até porque a solidariedade africana será cada vez menos uma palavra vã

Impõe-se, portanto, desenvolver todos os esforços possíveis no sentido de impedir que a reivindicação da autodeterminação por parte dos povos coloniais o salazarismo responda com o fogo das bazucas e o bombardeio a napalm.

Mas, no que toca aos democratas portugueses, a sua oposição ao prosseguimento da guerra em Angola e a novas guerras coloniais não deve colocá-los na situação de simples objetos de consciência, discorrendo do belicismo de Salazar mas desejando limitar essa discórdância a uma impossível lavagem de mãos na bacia cheia de sangue em que Salazar ameaça transformar Portugal e colónias.

A nossa oposição às guerras coloniais não deve também traduzir-se numa mera propaganda pacifista estranha à origem e natureza dessas guerras e às conexões existentes entre elas e o fascismo português.

Ser contra a guerra implica a luta pela Paz. E a verdadeira Paz, tratando-se de uma guerra de libertação nacional como é qualquer guerra colonial, só pode ser obtida pelo reconhecimento e efetivação do incondicional direito de autodeterminação do povo colonial que a reivindica.

Nem todos os que são contrários à guerra são, assim, pela Paz.

E o que sucede com o que podemos chamar de ala esquerda do salazarismo e com a ala direita da Oposição, que acentuam a esperança de resolver o problema da guerra por uma via diferente da verdadeira Paz, como há pouco foi publicamente proposto em Portugal por um conhecido político oposicionista, que aconselhou Salazar a ler as entrelinhas do discurso pronunciado por Adlai Stevenson em 31 de Janeiro na Assembleia Geral das Nações Unidas e a seguir o caminho aberto pelos Estados Unidos: o do simples compromisso de uma independência a longo prazo. E não tenhamos dúvida de que a direita portuguesa, sem Salazar ou até mesmo com ele, logo que deixe de poder julgar pela via militar as reivindicações, também armadas, de independência nacional por parte das populações africanas, seguirá, realisticamente este conselho.

Ora, a luta dos democratas portugueses contra a guerra e pela Paz nas colónias, pressupondo, como pressupõe a incondicional autodeterminação das populações africanas, tem de saber extrair da presente situação explosiva em Angola e nas outras colónias todo o incontestável conteúdo revolucionário que ela comporta. Não é certo que o eixo da libertação de Portugal tenha de passar pela libertação prévia das colónias; mas impõe-se que o desenvolvimento da política colonial do salazarismo agudize as contradições por ela provocadas na economia nacional e na posição internacional do atual regime.

E neste sentido que a luta pela Paz não é uma luta pacifista mas sim uma luta revolucionária e que os democratas portugueses, em lugar de encararem o colonialismo português do ângulo de vista humanitário do direito de todos os povos à autodeterminação ou do ponto de vista estritamente africano como se fossem nacionalistas de 2.ª classe, devem compreender que é a sua qualidade de anti-fascistas e patriotas que os chama à luta pela Paz como uma das vias principais para a insurreição nacional.

Esta guerra à guerra, esta guer-

ra revolucionária à guerra colonialista, não pode, portanto, consistir no simples verbalismo da denúncia das atrocidades do exército colonial nem tampouco em deserções das suas fileiras, que, sem dúvida justificáveis no aspecto pessoal, devem cessar quanto antes.

O esclarecimento da população portuguesa acerca da natureza anti-patriótica e monopolista do belicismo colonial de Salazar e a preparação da insurreição nacional com base nesse esclarecimento têm um natural prolongamento no idêntico esclarecimento e preparação para a insurreição dos militares, a desenvolver quer em Portugal quer nos territórios coloniais, e os melhores agentes dessa ação são, evidentemente, os oficiais e os soldados democratas.

Por outro lado, toda a propaganda junto da opinião pública mundial, dos diversos governos e das instâncias internacionais deve ser levada a efeito com o mesmo objetivo revolucionário, de completo isolamento do salazarismo e da agudização das contradições da sua política atlântica.

Este é um campo de ação em que portugueses democratas e nacionalistas africanos devem saber encontrar as necessárias formas práticas de cooperação, inspiradas pela convergência dos objetivos históricos em que se encontram empenhados: derrubamento do salazarismo e extermínio do colonialismo português.

Revelação Sensacional...

(Continuação da pag. 1)

explicado, mas em Portugal muitos supõem que Franco mandaria o seu exército invadir Portugal, se o regime de Salazar se visse ameaçado de ser derrubado pela força.

E mais adiante o articulista comenta discretamente:

"Os portugueses ficariam amargamente ofendidos com a vista de tropas espanholas no seu país, mas é altamente provável que Franco mandaria a sua predileta 11.ª Divisão, equipada pela América, ocupar rapidamente Lisboa, Porto e Coimbra, para não ver Salazar derrubado por uma revolução esquerdista. Um Portugal revolucionário seria uma testa de ponte para os revolucionários espanhóis. E mais: qualquer estado de violência na Península Ibérica seria um perigo para as importantes instalações defensivas do PENTÁGONO à entrada do Mediterrâneo".

De modo que ficamos sabendo — e não é verdade que isso em Portugal se saiba — que Franco estava informado de que algo ia acontecer, e de convívência com Salazar estava pronto para intervir na nossa pátria. E ficamos sabendo, lendo nas entrelinhas, que essa intervenção, prevista no acordo secreto dos dois ditadores, não estará fora das cogitações e dos interesses do Pentágono, apesar da ofensa amarga que o povo português sofreria, ao ver-se invadido pelas tropas de Franco. Um correspondente do "New York Times" não escreveria o ATLANTIC não divulgaría tais coisas, se elas, verdadeiras ou previstas, não estivessem na linha de uma política que não recuará em atentar

Solidariedade do Brasil a refugiados angolanos

Foi fundado recentemente em S. Paulo o Comitê Brasileiro de Auxílio aos Refugiados Angolanos (CBARA), órgão que aqui representará o CVAAR, Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados, organização filantrópica destinada a prestar assistência médica e social aos feridos da guerra de Angola e à população desse país.

O CBARA tem como presidente o dr. Paulo Duarte, como secretário o dr. Noémio Weniger, e como tesoureiro, o sr. Luiz Carlos Mesquita. Integram a Comissão de Honra os srs. profs. Florestan Fernandes, Sergio Buarque de Holanda, Lourival Gomes Machado, Samuel Pessoa, Anibal Silveira, Ruy Andrada Coelho, Antonio Candido de Mello e Souza, Luiz Henrique Jacy Monteiro, Laerte Ramos de Carvalho, Mario Schenberg, Olivéiros S. Ferreira, Eládio Antunha, Luiz Lisanti Filho, Douglas Teixeira Monteiro, Alvaro Marchi, Hildebrando Horta Barbosa; jornalistas, Julio de Mesquita Neto, Ruy Mesquita, Claudio Abramo, Paulo

Hecker Filho; médicos, Luiz de Aguir Magano e Isalás Meishon, almirante Alfredo de Moraes Filho. A sede do CBARA é na rua Apa, 190 (sobreloja)

Como se sabe, há um exodo maciço de angolanos, sobretudo de residentes perto da fronteira para o Congo, desde o início das hostilidades. Longe de suas aldeias, sem meios de subsistência nem possibilidades de encontrar trabalho, exaustos em geral pelas caminhadas através da floresta, esses refugiados, na maioria velhos camponeses, mulheres e crianças, sofrem as maiores dificuldades apenas para conservar a vida.

Buscando aliviar este grave problema humano, em junho do ano passado a direção do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) decidiu mobilizar esforços, principalmente em seus quadros médicos e fundar o CVAAR.

Pelos seus estatutos, o CVAAR dispõe da liberdade de se afastar sistematicamente da política e de tudo o que possa dividir os homens, e aceita, sem qualquer discrimina-

ção toda a ajuda filantrópica internacional. Seus fundos, ainda escassos, provêm também de cotizações de seus aderentes e de donativos de seus membros.

CAMPANHA EM S. PAULO

O órgão paulista do CVAAR recém-fundado está fazendo uma campanha para obtenção de medicamentos, tecidos, roupas, calçado, material cirurgico, livros, material escolar, etc.

Todos os donativos podem ser entregues na sede do CBARA, à rua Apa, 190 (sobreloja).

Salazar visto do Brasil

Está à venda, em todo o país, o livro "Salazar visto do Brasil" (clichê). Trata-se do primeiro lançamento da Editora Felman-Rêgo cuja primeira fase editorial será inteiramente consagrada aos problemas portugueses.

"Salazar visto do Brasil" é uma antologia de autores brasileiros e portugueses em que a personalidade do ditador Oliveira Salazar e do regime fascista de Lisboa se encontra em foco. Livro sem uma linha política determinada, aberto a todas as denúncias anti-salazaristas. "Salazar visto do Brasil"

contém artigos assinados por alguns dos intelectuais brasileiros e portugueses de maior relevo. Rachel de Queiroz, Fernando Sabino, Hello Fernandes, Otávio Malta, Gustavo Corção, Helena Silveira, Arapuá, etc., entre os brasileiros; Adolfo Casais Monteiro, João Sarmiento Pimentel, Miguel Urbano Rodrigues, Paulo de Castro, Alves das Neves, Maria Archer, Jorge de Sena, Fernando Lemos, Manuel Sertório, Manuel A. Tito de Moraes, etc., entre os portugueses, são alguns dos nomes que o leitor encontrará em "Salazar visto do Brasil".

O volume contém 186 páginas. A capa, onde está estampada a face do ditador Salazar, é da autoria de Fernando Lemos. A seleção dos textos foi feita pelos jornalista português Victor da Cunha Régio.

A Editora Felman-Rêgo anuncia, também, para este mês de Outubro mais dois lançamentos relacionados com o problema do fascismo em Portugal. Um — para o qual chamamos enfaticamente a atenção dos nossos leitores — é intitulado "A Resistência em Portugal" (Crônicas) e contém uma série de importantes e emocionantes relatos de patriotas portugueses, ex-prisioneiros da PIDE. Nêle encontrará o leitor muitas e fidedignas referências ao martírio imposto pela PIDE a homens como Bento Gonçalves, Alvaro Cunha, Militão Ribeiro. O nome do autor destas crônicas da Resistência em Portugal é Amílcar Gomes Duarte.

No nosso próximo número dedicaremos pormenorizada atenção ao lançamento de "A Resistência em Portugal".

O outro livro que a Editora Felman-Rêgo se propõe editar ainda nas próximas semanas intitula-se "A verdade e o mito do Salazarismo" e é da autoria do padre José Narino de Campos. Os nossos leitores que porventura, tenham acompanhado a série de artigos publicados por esse eclesástico anti-salazarista no matutino paulista "O Estado de São Paulo" conhecem já as importantes denúncias que o padre Narino de Campos faz questão em divulgar. "A verdade e o mito do Salazarismo" é um importante volume de mais de 200 páginas, amplamente documentado.

Finalmente, a Editora Felman-Rêgo apresentará em breve um "dossier" intitulado "Angola através dos textos". Dividido em quatro partes, este livro faz referência e documenta, respectivamente, a posição dos democratas portugueses em face da guerra colonial, as posições já assumidas pelo Movimento Popular de Libertação de Angola, o tom da opinião pública mundial em relação ao drama angolano e, por último, a posição da NATO perante Angola e perante o governo português.

A Editora Felman-Rêgo, dirigida por Victor da Cunha Régio, assessorado por João Manuel Tito de Moraes, encarregou o nosso camarada de redação Fernando Lemos de projetar as capas desta primeira fase editorial.



Clichê da capa do livro "Salazar visto do Brasil", primeiro lançamento da Editora Felman-Rêgo

Advertisement for 'PORTUGAL DEMOCRATICO' magazine. It lists the editorial board including Adolfo Casais Monteiro and Manuel Sertório, and a list of regional correspondents from various cities like Rio de Janeiro, Recife, and Salvador.

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.

Salazar contra os estudantes

30 meses de expulsão! Regresso à idade média

Endereços de Assinantes

(Continuação da 1.ª página)
nições" é extensa. Com tais castigos pretende-se dar um exemplo, fazer funcionar uma vez mais a arma terrível do MEDO. Ao indiscriminado terror físico, segue-se o terror psicológico organizado.

Vejamos, porém, a lista dos "castigos". Ela nos dá a medida exata do caráter monstruoso do fascismo português. Algumas das punições, pela mentalidade medieval que as inspira, arrancariam risos na justiça reativa dos "crimes" se cada uma delas não envolvesse um drama pessoal.

Em Lisboa:

Trinta meses de suspensão!

Nada menos de vinte e um universitários de Lisboa foram punidos com suspensão de trinta meses! Cada um desses moços recebeu há dias, assinado pelo diretor da respectiva Faculdade (a tanto desce a abjeção de certos mestres) o seguinte ofício:

"Por determinação da reitoria da Universidade de Lisboa em seu ofício de 30 de junho, comunicasse a V. Exa. que, por despacho ministerial de 29 do mesmo mês, lhe foi aplicada em processo disciplinar a pena de trinta meses de exclusão de todas as escolas de Lisboa, pena essa que produz imediatamente todos os seus efeitos. A BEM DA NAÇÃO — assinatura

Eis a lista desses estudantes, os quais, depois de fazerem em maio a greve da fome, passaram pelos cárceres do presídio de Caxias: Faculdade de Letras: Isabel Vila-maior, Mario Carda, Passos Valente, Rego Chaves. Faculdade de Medicina: Abilio Mendes, Boaventura, Eurico Figueiredo (ainda preso no Aljube e submetido a constantes torturas), F. Amorim, H. Pinto Basto, Antonio Montez Bento. Faculdade de Ciências: Silva Tavares, Antonio Ribeiro. Faculdade de Direito: José Felismino, Correia de Campos, José Garibaldi Barros Queiroz, Cruz Rato, João Rego, Nuno Berderode, Valentim Alexandre, Belas Artes: Calvário.

Em Coimbra:

De seis a trinta meses!

A lista das punições é em Coimbra mais extensa e a justificativa variada. Se não fossem as assinaturas e o caráter oficial dos documentos, ninguém poderia, num país como o Brasil, acreditar em tais castigos. Entre as penas figura uma em que a vítima é punida com exclusão de dois anos de todas as escolas nacionais por "ser, de certo modo, mentor da conscientização coletiva"! Incrível, mas, desgraçadamente, bem real. A tanto chega o fascismo...

Vejamos AS ACUSAÇÕES E AS SENTENÇAS comunicadas à Universidade aos Mestres e aos Estudantes por despacho ministerial:

1.º — "Acusados de organizarem o I Encontro Nacional dos Estudantes", cuja responsabilidade a Assembleia Magna da Academia assumiu. Com dois anos de exclusão de frequência de todas as escolas nacionais: José Augusto Rocha (Direção Geral), Maria Margarida Cabral Lucas de Almeida (D.G.), Francisco Leal de Paiva (D.G.), David Madureira Rebelo (D.G.), Eduardo Frias Socio (D.G.). — Com 18 meses de exclusão de frequência de todas as escolas nacionais: António de Almeida Taborda, José Sumavielle (ambos da D.G.).

2.º — Acusado de "ser, de certo modo, mentor da conscientização coletiva" (sic) — Com dois anos de exclusão de frequência de todas as escolas nacionais: Francisco António Delgado (CITAC).

3.º — Acusados "de perturbar o funcionamento duma aula" (1.º assalto da Polícia de Choque à Associação Académica). Com um ano de exclusão de frequência de todas as escolas nacionais: Luiz Filipe Madera (República e Com. da Queima de 62). Com 6 meses de exclusão de frequência da Universidade de Coimbra: José Luiz Nunes (Centro de Estudos Filosóficos), Parcédio Sumavielle (Via Latina).

4.º — Acusados de "colaborarem na entrada para a Torre", quando do 1.º assalto da Polícia de Choque à Associação Académica. Com 30 meses de exclusão de frequência da Universidade de Coimbra: Mário Brochado Coelho (direção do CITAC), Maria Fernanda Dias (D.G. de 960-61). — Com dois anos de exclusão de frequência da Universidade de Coimbra: António Carvalho, Alberto Mendonça Neves (República), Antónia de Sousa Almeida (S. de Judo), Luiz de Lemos (S. de Atletismo).

5.º — Acusados de "assinarem uma moção da Assembleia Magna", votando uma censura ao Reitor e pedindo a sua demissão. — Com 2 anos de exclusão da Universidade de Coimbra: Jorge de Sousa Rocha (República), Carlos Alberto Cardoso Furtado (República), Rui Cardoso das Neves, Rui dos Santos Namorado (Via Latina), Eduardo Casais, João Pires Quintela, Maria Fernanda Grando, Albano Serra Pina, António Lameiras de Figueiredo (República), João Pinto Bilbau, Alfredo Estrela Esteves (Via Latina), Manuel da Silva Ventura (S. Social). — Com um ano de exclusão de frequência da Universidade de Coimbra: António Machado Vaz (República), Vladimiro Pereira Mateus, Rui Macedo.

6.º — Acusado de "emprestar a capa hasteada na Torre" quando do 2.º assalto da polícia, — com um ano de exclusão de frequência da Universidade de Coimbra: José Luiz dos Santos Lima (S. Social).

7.º — Acusado "de subir à torre" quando do 2.º assalto da Polícia — com um ano de exclusão da Universidade de Coimbra: José Luiz Morais Alçada.

Apelo aos estudantes brasileiros

Salazar não conseguirá, evidentemente, atingir os seus objetivos. A Universidade saberá reagir à nova onda de terror de que é vítima. O resultado não será o esperado pelo ditador. O mecanismo do medo não funcionará. Sabemos que tanto em Lisboa como em Coimbra as "punições" causaram uma onda de indignação nas fileiras estudantis. A reabertura das aulas assinalará o recomeço das lutas de Morte! A mocidade académica de Portugal necessita, porém, mais do que nunca, do apoio dos estudantes democráticos de todo o mundo e, especialmente, dos brasileiros. Estamos, aliás, certos de que esse apoio não lhes faltará.

O apoio do Brasil

No momento em que fechamos esta edição de PORTUGAL DEMOCRÁTICO, chega-nos às mãos um editorial de "O Estado de São

Paulo" intitulado DITADURA SALAZARISTA. Nele, o importante matutino condena inapelavelmente os métodos de terror postos em prática pelo fascismo português na sua tentativa para sufocar o movimento magnífico dos estudantes portugueses e exorta todas as as-

sociações e gremios estudantis do Brasil a organizarem uma grande campanha de ajuda aos líderes académicos perseguidos por Salazar, promovendo inclusive a sua vinda para aqui, onde continuariam seus estudos, frustrando desse modo os planos de Salazar.



Manifestação de estudantes em Lisboa durante as greves de Maio

Rompe com Salazar consul em Boston

Se exceptuarmos o caso do sr. José Pedroso de Lima — antigo diretor administrativo deste jornal e destacado democrata — não houve ao longo dos 36 anos da ditadura fascista um diplomata português que rompesse publicamente com o salazarismo. É portanto, particularmente significativo da desagregação do regime o que acaba de se verificar com o consul de Portugal em Boston, sr. Carlos Barbosa de Carvalho. As circunstâncias em que aquele diplomata da ditadura renunciou ao seu cargo são ainda mal conhecidas, mas não há dúvida que o seu gesto — conforme salientou o general Humberto Delgado — pode abrir caminho a outras deserções no seio do Corpo Diplomático que serve o fascismo português.

A imprensa brasileira publicou sobre o assunto variado noticiário das agências telegráficas. O general Humberto Delgado, que tinha conhecimento previo da renúncia, logo que a mesma foi tornada pública concedeu à imprensa no Rio de Janeiro, uma entrevista coletiva em que principiou por revelar o texto do telegrama que o sr. Carlos Barbosa de Carvalho expedira ao Ministro dos Negócios Estrangeiros. Esse telegrama, que o general definiu como redigido "em termos mistos de dureza e troça" é do seguinte teor:

"Façam V. Exas. o favor de irem para o inferno. Quanto a mim, renuncio por este meio às minhas funções por não poder servir governo ilegítimo, tirânico e estúpido. Viva Portugal Livre de Aquem e Alem Mar. Abaixo Saloada usurpadora — Carlos Barbosa de Carvalho, conselheiro de Portugal em Boston, Estados Unidos. Transcrevemos, a seguir, o que o jornal "Ultima Hora" publicou ainda das declarações feitas pelo general Delgado no dia 12 de setembro, a respeito do assunto: "Frisou que o gesto do diplomata, seu patriota, rompendo com o regime salazarista, bem demonstra a desagregação em que vive o atual governo lusitano, que até agora manteve-se apenas pela força, mas não pela vontade do povo

que, muito ao contrario, deseja eleições livres — e não forçadas — para livrar-se da tirania do ditador Salazar.

JULGAMENTOS

Prosseguindo, declarou Delgado que, em 1961, foram realizados nada menos de 3.811 julgamentos por crimes políticos, em Portugal, apesar de a revolta de Beja ter sido a única rebelião armada ocorrida daquela época até hoje. Quanto ao episódio do consul Carlos Barbosa de Carvalho, nos Estados Unidos, disse que o diplomata, ao demitir-se dirigiu mensagem à colônia portuguesa de Massachusetts, que se compõe de cerca de 30 mil membros, dando explicações da sua atitude. Salientou que o seu exemplo poderá abrir caminho a outros rompimentos com a ditadura, uma vez que os portugueses já estão cansados de serem oprimidos, e que Oliveira Salazar sabe disso perfeitamente, tanto assim que não tem feito outra coisa senão criar uma muralha militar em torno de si, para evitar ser surpreendido por um movimento popular que venha culminar com a sua deposição."

Soma e segue

NOVA YORK (Do correspondente) — O ministro das Finanças do governo fascista de Salazar, sr. Pinto Barbosa, em declarações à imprensa afirmou que "o Banco Mundial de Reconstrução deverá conceder um empréstimo a Portugal, destinado ao desenvolvimento da rede hidro-elétrica nacional". Aquele membro do governo de Lisboa participou em Washington dos trabalhos da reunião dos diretores do Fundo Monetário Internacional e concordou incondicionalmente com todas as exigências apresentadas pelos dirigentes do FMI no que se refere ao tipo de política económica a adotar pelas nações subdesenvolvidas.

Salazarismo à solta na cidade de Salvador

Não é de hoje que os representantes oficiais do fascismo português no Brasil se comportam neste país como se estivessem ainda na "ménagerie" do ditador de Santa Comba. São muitos e lamentáveis os exemplos de diplomatas de Salazar que, ainda mal ambientados, pensaram que lhes seria possível usar aqui dos métodos que davam resultado há uns bons vinte anos quando o mundo desconhecia ainda a verdadeira face do fascismo salazarista. Hoje, as coisas mudaram e, depois de alguns episódios em que fizeram figura de sendeiros, os "diplomatas" que representam a ditadura no Rio e os de São Paulo acharam por bem remeter-se a um silêncio discreto, não ousando vir para os jornais com notas e explicações sempre que os democratas no exílio vêm a público denunciar os crimes repugnantes do fascismo. Mas há exceções. Alguns dos peralvilhos que imaginam representar Portugal na terra brasileira são de compreensão lenta e julgam-se verdadeiros sobas. O consul na cidade de Salvador é um deles. Um produto acabado do fascismo, um digno discípulo do sr. Manuel Anselmo. Dá pelo nome de João da Cunha Matos e tem a mania de escrever aos jornais para exaltar as maravilhas do fascismo. O último alvo da sua dedicação ao regime foi a escritora Maria Archer, nossa colaboradora. Não gostou o sr. consul das afirmações feitas por aquela romancista numa conferência que pronunciou sobre a situação da Mulher nas Colônias, a convite do Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade da Bahia. E veio a público com uma longa catilinária, amontoando mentiras sobre mentiras e deturpando tudo quanto dissera Maria Archer. Foi mesmo mais longe. Prevalecendo-se da sua amizade com os diretores dos jornais da Bahia — todos ligados aos salazaristas da colônia — impediu que Maria Archer respondesse aos seus disparates sobre as "províncias ultramarinas" e se defendesse das provocações que a afluíam.

Arquivamos o nome do sr. Matos. Esperamos que, como paga dos seus serviços, seja transferido para um posto melhor, para uma cidade grande onde a imprensa não receie os comendadores salazaristas receberá então a lição que merece.

Vigilância e Patriotismo

Não é só nos países em que se concentram fortes contingentes da emigração que os portugueses se organizam e manifestam contra a ditadura. Onde se encontra um democrata português, uma voz se levanta contra a prepotência fascista.

Exemplo do que afirmamos está na atitude de um punhado de operários portugueses emigrados na Alemanha Ocidental. Tendo tomado conhecimento, através da Rádio Portugal Livre, do julgamento do dr. Arlindo Vicente, enviaram imediatamente telegramas de denúncia e protesto ao Secretário Geral da ONU, Presidente da República, ao famigerado "juiz" Silva Caldeira, presidente do "tribunal plenário" de Lisboa e ao dr. Pedro Pitta, bastonário da Ordem dos Advogados. Um exemplo, que é uma lição de vigilância e patriotismo.